

Sintrajud convoca categoria para mobilização do dia 30

Servidores do judiciário se reúnem no Fórum Pedro Lessa, às 15h

Joca Duarte



Servidores do Tribunal Regional Federal se reúnem para debater participação na mobilização do dia 30, convocada pela CSP-Conlutas

Na última segunda-feira, 26, dirigentes da Fenajufe se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Eles cobraram do ministro uma atuação que pressione o governo a cumprir a data-base e que aponte para a antecipação das parcelas de 2014 e 2015. As considerações do presidente foram pouco otimistas quanto à antecipação das parcelas.

“A gente não pode aceitar essa resposta do presidente do STF”, critica a diretora do Sintrajud, Angélica Olivieri. “Acumulamos mais de 40% de perdas salariais desde 2006. É imperativo que a categoria se mobilize”, completa o coordenador do Sindicato, Cleber Borges Aguiar.

A plenária da Fenajufe aprovou a

participação nas atividades convocadas pela CSP-Conlutas e demais centrais sindicais que ocorrem nesta sexta-feira, 30, inclusive na capital paulista. Os servidores do judiciário federal se reúnem em frente ao Fórum Pedro Lessa, às 15h.

Reenquadramento

Já em relação ao reenquadramento na tabela salarial (lei 12.774) e à previsão de recursos orçamentários para o projeto de lei (PL 319/2007) que contempla os técnicos judiciários com o adicional de qualificação para graduação superior (AQ) nada foi assegurado, mas os dirigentes da Fenajufe que participaram da audiência avaliam que é possível avançar

nestas duas questões.

“É uma primeira reunião, a gente vê um pequeno avanço no enquadramento e no PL 319. Mas nós, a categoria, precisamos nos mobilizar mais e melhor para cobrar soluções para estes itens e os demais da pauta emergencial, como a atualização dos salários”, avaliou o coordenador do Sintrajud, Adilson Rodrigues, um dos quatro dirigentes da Fenajufe que participaram da reunião.

“Por isso é preciso garantir o calendário de lutas que foi aprovado na plenária da federação. Estamos nos desdobrando, mas só isso não resolve. O que faz a pauta da categoria avançar é a pressão direta de cada trabalhador em conjunto”, explica Adilson.

30/08

Concentração dos servidores da JF/TRF às 15h em frente ao prédio do Fórum Pedro Lessa

18ª Plenária Nacional da Fenajufe decide que servidores do Judiciário Federal participam do Dia Nacional de paralisações

Hélio Pereira

Realizada em Brasília, entre 23 e 25 de agosto, a 18ª Plenária da Fenajufe aprovou um calendário inicial de mobilizações para unificar a categoria para enfrentar os ataques do governo Dilma Rousseff (PT).

O calendário, por um lado, busca unificar os servidores do Judiciário Federal com os demais segmentos do funcionalismo público em busca pelo respeito à data-base, por exemplo.

O primeiro desafio deste calendário é construir a participação da categoria no dia nacional de protestos e paralisações, em 30 de Agosto. A data está sendo convocada pela CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), demais centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais e estudantis. As manifestações do dia 30 foram convocadas a partir das articulações das centrais sindicais em meio aos megaprotestos de junho.

A mobilização também visa pres-



18ª Plenária da Fenajufe

sionar os tribunais superiores a atender as reivindicações da categoria - relacionadas tanto à grave situação salarial, quanto às condições de trabalho e à defesa dos serviços públicos.

A Plenária ainda aprovou, para os dias 12 e 13 de outubro, a realização

de um seminário nacional para debater propostas para um plano de carreira que contemple as reivindicações do conjunto da categoria. Nesta mesma data será instalado o grupo de trabalho permanente da Fenajufe que se dedicará a estudar as questões relacionadas à carreira.

Diferentes categorias participam do dia 30 de agosto

Antecipação das duas parcelas do reajuste, melhorias nos serviços públicos, reajuste nos valores dos benefícios, contratação de mais servidores são alguns dos itens que a categoria levará às ruas na sexta-feira, dia 30 de agosto.

Convocado pela CSP-Conlutas e outras centrais sindicais, o dia 30 de Agosto será um dia de paralisações em todo o país, e contará com boa participação funcionalismo federal, estadual e municipal.

De acordo com o site da CSP-Conlutas, os trabalhadores da educação básica em todo o Estado vão paralisar as atividades. Na capital,

eles fazem passeata na Av. Paulista, às 13h. Os servidores municipais, por sua vez, param e fazem um ato em frente à prefeitura. Já os bancários prometem parar por 24h.

Setores do funcionalismo público federal prometem participar do Dia 30. É o caso de servidores de órgãos como o Incra, Fundacentro e do Dnit, que já estão em greve. Sintusp, Anel e Comunidade São Remo participarão do ato unificado.

Ao meio dia, os trabalhadores do Judiciário Estadual fazem um ato público em frente ao Fórum João Mendes. Eles aproveitam a manifestação para protocolar um abai-

xo assinado da categoria contra o novo horário imposto pelo presidente do TJ-SP.

No interior do estado, haverá paralisação nas fábricas metalúrgicas de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. A CSP-Conlutas informa que algumas fábricas podem paralisar o dia todo, e “em algumas unidades, (os trabalhadores) cruzarão os braços por cerca de três horas”.

Até o fechamento desta edição, petroleiros, metalúrgicos, portuários, bancários e trabalhadores da construção civil de Santos estavam debatendo o planejamento de ações unificadas na Baixada Santista.

Amanhã, sexta, às 13h, servidores da JT fazem ato por melhores condições de trabalho

Manifestação no saguão do fórum trabalhista inclui entrega de carta à população denunciando a carência de servidores nas varas e os prejuízos no andamento dos processos

Jesus Carlos



Servidores do Tribunal Regional do Trabalho se reúnem para debater condições de trabalho no Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda

Às 13h de sexta-feira, os servidores da Justiça do Trabalho fazem um ato no saguão do fórum trabalhista Ruy Barbosa, denunciando a precarização das condições de trabalho e exigindo a contratação de mais funcionários. Eles também entregam carta aberta à população, denunciando as atuais condições de trabalho na Justiça Trabalhista de São Paulo.

O objetivo é mostrar para a sociedade como as medidas do tribunal e a carência de trabalhadores nas va-

ras prejudicam o bom andamento dos processos.

A decisão de realizar o protesto ocorreu na assembleia de quinta-feira, 22, quando os servidores também aprovaram reivindicar da presidente do TRT-2, Maria Doralice Novaes, de imediato, a suspensão do ato GP nº 17/2013, que, na prática, retira funcionários das varas, ao menos até a realização de novo concurso.

Também ficou definido que os servidores vão trajar roupas pretas nesse dia, como parte do protesto.

Auxiliar de juiz substituto

A administração do TRT-2 e a associação dos magistrados estão fazendo propaganda da “função” de auxiliar de juiz substituto, ignorando os problemas da medida para a prestação jurisdicional como um todo. Na prática, o ato do TRT-2 vai retirar mais um servidor das varas para auxiliar os juízes, desfalcando as secretarias.

O auxiliar não receberá função comissionada, e não receberá horas extras caso trabalhe em sobrejornada, por estar “dispensado” do ponto. A

falta de controle de horário tem sido vendida como uma vantagem, que não beneficia a maioria dos servidores do tribunal.

Alardeia-se ainda que esse auxílio pode abrir portas para futuras nomeações em funções de confiança, num contexto em que impera a falta de critérios objetivos de evolução profissional, inclusive de ocupação e dispensa de cargos e funções comissionadas.

Pauta dupla

Essa medida da administração do TRT-2 dá continuidade ao regime de “pauta dupla”, que acabou sobrecarregando os secretários de audiência. Implementada a partir das portarias GP 03/2012 e CR 45/2012, a “pauta dupla” tem causado também o

deslocamento de servidores das secretarias para cobrirem audiências, desviando servidores de suas tarefas para uma função que teria também retribuição específica.

Resolução 63 prevê 18 servidores por vara

O auxílio fixo, com “pauta dupla”, e o auxílio aos juízes substitutos, estão sendo embasados na Resolução nº 63/2010 do CSJT, que visa padronizar a estrutura dos órgãos da JT. No entanto, a mesma resolução prevê também um quantitativo de 18 servidores por vara com movimentação superior a 2500 processos, algo que nunca foi cumprido na 2ª Região, e que vem sendo reivindicado pelo Sintrajud há anos.

Realização de concurso e criação de mais cargos

Uma medida urgente é a abertura de concurso no TRT. Como não há concurso em vigor, cargos vagos não podem ser preenchidos. Em resposta a requerimento do Sintrajud, cobrando uma previsão, o TRT-2 limitou-se a responder: “Aguarde-se edital”.

O Sintrajud apurou que o tribunal elaborou anteprojeto de lei de criação mais de cargos, remetido ao CSJT para análise. Cabe cobrar a rápida tramitação do anteprojeto, até a sua conversão em lei.

Sem essa solução, medidas pontuais e sem planejamento somente agravarão as distorções existentes e aumentarão a precariedade das condições de trabalho nas unidades do tribunal.

18ª Plenária Nacional da Fenajufe decide que servidores do Judiciário Federal participam do Dia Nacional de paralisações

Hélio Pereira

Realizada em Brasília, entre 23 e 25 de agosto, a 18ª Plenária da Fenajufe aprovou um calendário inicial de mobilizações para unificar a categoria para enfrentar os ataques do governo Dilma Rousseff (PT).

O calendário, por um lado, busca unificar os servidores do Judiciário Federal com os demais segmentos do funcionalismo público em busca pelo respeito à data-base, por exemplo.

O primeiro desafio deste calendário é construir a participação da categoria no dia nacional de protestos e paralisações, em 30 de Agosto. A data está sendo convocada pela CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), demais centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais e estudantes. As manifestações do dia 30 foram convocadas a partir das articulações das centrais sindicais em meio aos megaprotestos de junho.



18ª Plenária da Fenajufe

A mobilização também visa pressionar os tribunais superiores a atender as reivindicações da categoria - relacionadas tanto à grave situação salarial, quanto às condições de trabalho e à defesa dos serviços públicos.

A Plenária ainda aprovou, para os dias 12 e 13 de outubro, a reali-

zação de um seminário nacional para debater propostas para um plano de carreira que contemple as reivindicações do conjunto da categoria. Nesta mesma data será instalado o grupo de trabalho permanente da Fenajufe que se dedicará a estudar as questões relacionadas à carreira.